

Judiciário em foco

ANO 2 - NÚMERO 22

MARÇO - 2009

Informativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
www.tjac.jus.br

A Lei de Execução Penal e o desafio da ressocialização

DESTAQUES

■ Gilmar Mendes
lança Programa
de Prevenção às
Drogas no Acre

Páginas 8 e 9



■ Governo do
Estado retoma
construção da
nova sede do TJAC

Página 10



A Lei de Execução Penal, também conhecida como LEP (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), é o tema de debate desta 22ª edição do Judiciário em Foco. Em seu art. 1º, a Lei diz ter “por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Diante da realidade do sistema penitenciário em nosso país, é possível afirmar que a lei está sendo cumprida?

Para que o leitor tenha acesso ao ponto de vista de múltiplas fontes, o Judiciário em Foco ouviu a Vara de Execuções Penais, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Instituto de Administração Penitenciária do Acre. Seus representantes avaliaram a questão e as dificuldades para se viabilizar a ressocialização, indicando como tem sido a atuação de cada instituição face ao contexto atual.

Nesta edição, o leitor também poderá conferir as principais atividades do Judiciário acreano no mês de março, como o lançamento do Programa de Prevenção às Drogas, que contou com a especial participação do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Da mesma forma, a reunião entre o Governo do Estado e a Direção do Tribunal de Justiça, que, entre outras coisas, definiu a retomada das obras da nova sede do TJAC.

Além disso, em março o Tribunal iniciou a realização de processos seletivos em diversas áreas de formação, com vagas para Rio Branco e algumas cidade do interior do Estado. Grande parte do público selecionado será contratada para trabalhar no desenvolvimento de importantes projetos e programas sociais do Judiciário ao longo deste ano. Na edição deste mês, o leitor também poderá conferir a nova seção “TJAC On-line”, que mensalmente divulgará as novidades do portal do Poder Judiciário na internet.



Judiciário
em foco

EXPEDIENTE

As colaborações e sugestões podem ser enviadas à Assessoria de Comunicação Social do TJAC através do e-mail ascom@tjac.jus.br. Mais informações pelo telefone (68) 3211-5356

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Biênio 2009-2011

Presidente
Des. Pedro Ranzi

Vice-Presidente
Des. Adair Longuini

Corregedor Geral da Justiça
Des. Samoel Evangelista

O Judiciário em Foco é uma publicação da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Assessora-Chefe de Comunicação Social
Letícia Mamed

Redação e Edição
Antônio Kléber
Camila Simão

Evandro Cordeiro
Letícia Mamed
Sabrina Soares (estagiária)

Projeto Gráfico e Diagramação
Fernando Sobrinho
Letícia Mamed

Fotos
Acervo da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Jornalista responsável:
Evandro Cordeiro (MTB 02/98)

Impressão: Parque Gráfico do TJAC
Tiragem: 2.000 exemplares
Distribuição: Gratuita
Circulação: Nacional

Rua Floriano Peixoto, 456.
69.908-030. Rio Branco-AC.
Tel. (68) 3211-5356.
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: ascom@tjac.jus.br



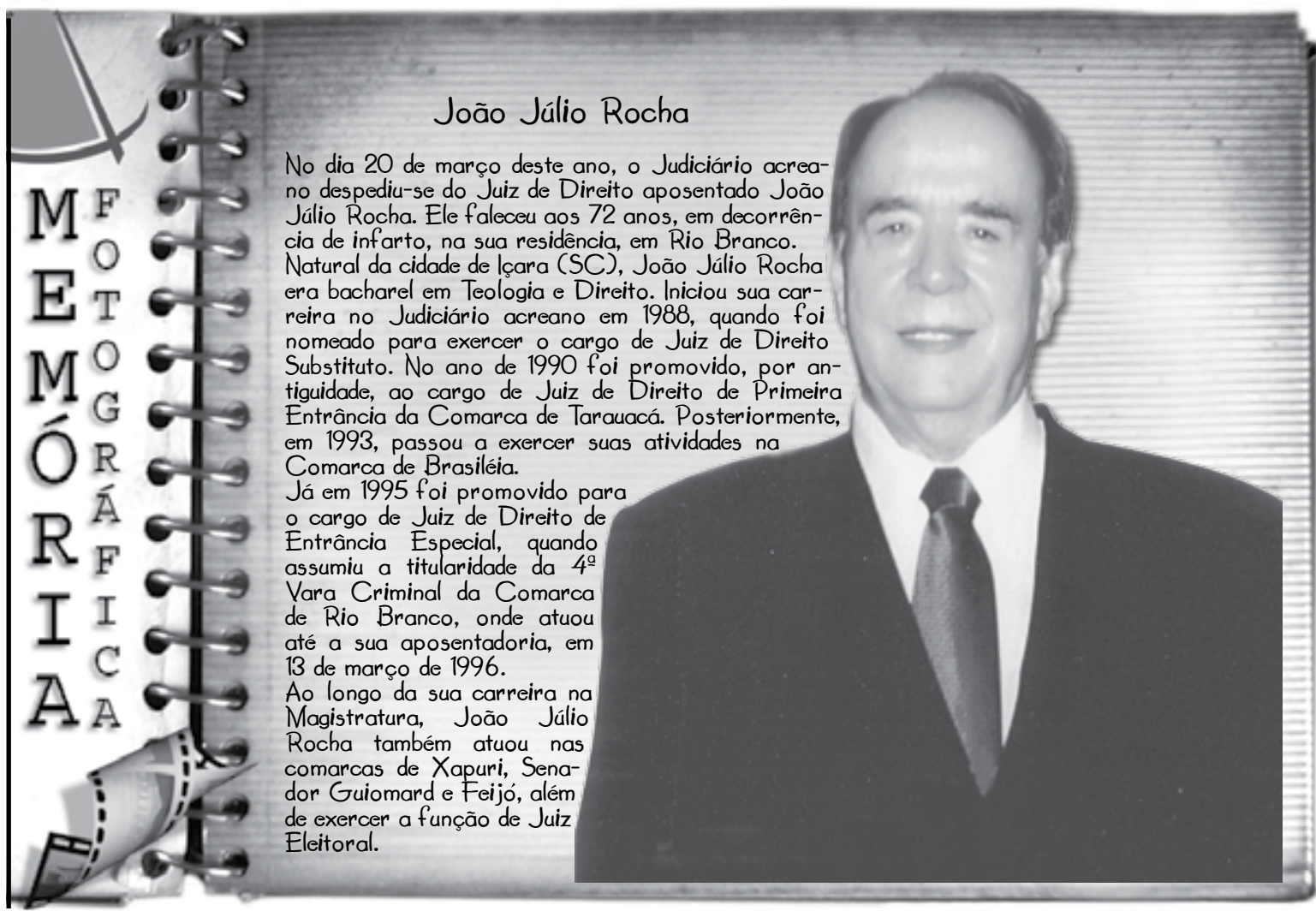
Conheça o TJAC On-line

■ A nova seção “TJAC On-line” divulga as principais novidades do portal do Poder Judiciário na internet.

Este mês o destaque são os Boletins Informativos de Jurisprudência, editados mensalmente pelas Câmaras Cível e Criminal do Tribunal de Justiça e publicados no site www.tjac.jus.br.

O objetivo é facilitar a consulta sobre as decisões mais recentes do Judiciário acreano. Os interessados na consulta devem procurar o botão “Boletins de Jurisprudência”, localizado na coluna à direita da página principal do site, e pesquisar as edições disponíveis.

No acervo constam os boletins dos anos de 2008 e 2009.



Vale do Purus é atendido pelo Projeto Cidadão

No dia 7 de março o Projeto Cidadão iniciou mais uma etapa de atendimentos no interior do Estado do Acre, em parceria com diversos órgãos do Governo Federal e Estadual, além de Prefeituras Municipais. Desta vez, uma equipe de aproximadamente 40 pessoas percorreu o Vale do Purus, prestando atendimento aos tradicionais povos da floresta – ribeirinhos, seringueiros e indígenas.

O Desembargador Arquilau Melo, idealizador e coordenador do Projeto Cidadão, acompanhou a comitiva, que contou inclusive com a cobertura especial de uma equipe de reportagem do jornal O Estado de São Paulo.

Expedição de documentos, consultas médicas, odontológicas e vacinação, orientação e assistência jurídica foram alguns dos serviços oferecidos. No dia

10, o atendimento ocorreu na localidade Nova Aliança e no dia 12 na localidade Novo Marinho. Já nos dias 16 e 17, a equipe do Projeto esteve no município de Santa Rosa do Purus.

O atendimento no trecho do rio Purus entre as cidades de Sena Madureira e Santa Rosa foi um sucesso: mais de 12 mil pessoas foram diretamente beneficiadas.

Atendimentos	Comunidades			
	Nova Aliança	Novo Marinho	Santa Rosa	Total
Registro de Nascimento	223	82	169	474
Registro de casamento	0	2	20	22
Fotocópias	2.851	680	2.100	5.631
Fotografias	746	352	1.236	2.334
CPF	283	211	534	1.028
Carteira de Identidade	288	196	609	1.093
Carteira de Trabalho	195	140	272	607
Atendimento FUNAI	223	82	134	439
Título de Eleitor	164	102	148	414
Atendimento do INSS	0	0	48	48
Total	4.973	1.847	5.270	12.090

Projeto Mulher Cidadã atende mais de 3,2 mil pessoas

Idealizado por ocasião do Dia Internacional da Mulher, o Projeto Mulher Cidadã, realizado no dia 7 de março em Rio Branco, foi mais uma das várias edições do Projeto Cidadão neste ano.

A atividade ocorreu no período das 8h às 17h, na Casa Rosa Mulher, no Segundo Distrito da Capital, registrando atendimento a 3.276 pessoas.

O número surpreendeu a coordenação do Projeto, executado em parceria com o Governo Federal, Governo do Estado, Prefeitura de Rio Branco, Procon, INSS, Conselhos Estadual e Municipal da Mulher, Delegacia Regional do Trabalho, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, e com o apoio dos Supermercados Araújo, O Boticário e Coca-Cola.

Além do atendimento nas áreas de saúde e estética, serviço de expedição de documentos e orientação sobre direitos, outras atividades também fizeram parte do Projeto. Sob o teto de tendas instaladas na rua ao lado da Casa Rosa Mulher, palhaços e atores fizeram apresentações, sempre com temas relacionados à questão feminina.



Rota euclidiana

A rota percorrida pelo Projeto Cidadão no Vale do Purus foi a mesma percorrida pelo escritor Euclides da Cunha, quando da sua passagem pelo Acre no início do século XX. O jornal O Estado de São Paulo acompanhou essa edição do Projeto na intenção de fazer uma reportagem especial sobre os cem anos de morte do escritor, completados em 2009, vez que, na época da sua viagem pelo Acre, Euclides era correspondente do jornal paulista.

No Acre, o movimento euclidiano vem divulgando a relação do escritor Euclides da Cunha com a história do Acre, difundindo e agregando valores à sua passagem pelo Estado. Em

missão oficial, o escritor atravessou os rios e matas da região acreana, que naquela época correspondia ao maior centro mundial de produção gomífera, responsável pelo abastecimento das indústrias inglesas e norte-americanas.

A expedição de Euclides da Cunha é parte fundamental do processo de incorporação das terras do Acre ao Brasil. Euclides foi nomeado em 1904, pelo Barão do Rio Branco, como chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, que partiu em abril de 1905 de Manaus para a nascente do rio Purus, com o desafio de realizar um levantamento daquele rio e colaborar com as demarcações definitivas das fronteiras



entre Brasil e Peru.

A viagem permitiu que ele fosse o primeiro cientista social brasileiro a descrever em detalhes a "sociedade seringueira", denunciando a exploração a que eram submetidos os nordestinos transformados em seringueiros na Amazônia.

Número de atendimentos

✓ Serviços de Estética	415
✓ Saúde	426
✓ Palestras educação/direitos do cidadão	213
✓ Casamentos	45
✓ Carteira de Trabalho	130
✓ Carteira de Identidade	150
✓ Fotografias	384
✓ Título de Eleitor	164
✓ Registro de Nascimento	07
✓ Xerox	1.050

CAPACITAÇÃO

Parceria entre TJAC e PGE promove curso de atualização em redação forense

Aperfeiçoamento da linguagem e sua aplicação no ambiente jurídico foram os principais objetivos do curso de Redação Forense e Elementos da Gramática, ministrado pelo professor Eduardo Sabbag, entre os dias 23 e 26 de março, no auditório da Justiça Federal, em Rio Branco.

A atividade resultou de uma parceria entre a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), por meio do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur), e o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), com a colaboração da Justiça Federal e

do Curso LFG. Participaram do curso magistrados estaduais e federais, procuradores de Estado e assessores jurídicos. As 120 vagas oferecidas foram distribuídas entre as instituições parceiras.

O professor Eduardo Sabbag, doutorando em Direito Tributário na PUC/SP, e mestre em Direito Público e Evolução Social, pela UNESA/RJ, possui larga experiência com as disciplinas de Redação Forense, Língua Portuguesa e Direito Tributário, ministradas por ele no Curso LFG/PRIMA – Preparatório para Concursos Públicos.



Atividade aconteceu em Rio Branco entre os dias 23 e 26 de março

Tribunal realiza processos seletivos em diversas áreas profissionais

Durante o último mês de março, Tribunal de Justiça do Acre iniciou diversos processos seletivos simplificados para contratação de estagiários e profissionais de diversas áreas.

■ No dia 23, visando cumprir os requisitos do Convênio nº 084/2008, celebrado com o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Reforma do Judiciário, o TJAC abriu a seleção para contratação de 3 psicólogos, 3 assistentes sociais e 4 estagiários, que irão trabalhar na Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da Comarca de Rio Branco.



As inscrições foram gratuitas e aconteceram no período de 23 a 25 de março deste ano. O processo seletivo simplificado consiste em três etapas: análise de currículo, entrevista psicológica e prova prática de digitação, sendo as duas primeiras de caráter classificatório e eliminatório e a última apenas eliminatório.

O contrato de trabalho terá duração de um ano e meio e o salário será de R\$ 1.500 para o pessoal de nível superior e de R\$ 600,00 para estagiários. A jornada de trabalho relativa às funções de estagiário é de 04 horas diárias, ou seja, 20 horas semanais. Já os psicólogos e assis-

tentes sociais cumprirão jornada de 30 horas semanais.

■ Já no dia 26, o Tribunal abriu as inscrições para contratação temporária de 110 Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania para atuação na cidade de Rio Branco. A seleção desses agentes tem por objetivo executar o Convênio nº 700546/2008, celebrado pelo TJAC e a União, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Após as inscrições, realizadas no período de 26 de março a 1º de abril de 2009, a Comissão responsável pela seletiva analisou o currículo dos concorrentes. Os aprovados agora serão submetidos a uma entrevista psicológica. Em caso de empate, o candidato propenso a ganhar a vaga será o que melhor nota obtiver no currículo.

Os aprovados serão contratados por um período de 12 meses, para cumprimento de 30 horas semanais, jornada diária das 7h às 13h, com remuneração mensal de R\$ 440,00.

■ No dia 30 de março iniciou o processo seletivo para contratação de 100 estagiários – estudantes de curso superior que estejam pelo menos no quinto período da graduação.

As inscrições aconteceram entre os dias 1º e 8 de abril. Puderam se inscrever apenas os estudantes das instituições conveniadas com o Tribunal de Justiça, quais sejam: Universidade Federal do Acre (UFAC), União Educacional do Norte (UNINORTE), Associação de Ensino Superior do Acre (AESACRE) e Faculdade da Amazônia

Ocidental (FAAO).

As vagas estão destinadas para estudantes dos cursos de Administração, Ciências Sociais, Direito, Economia, Letras/Português, Pedagogia, Psicologia, Sistema de Informações e áreas afins, além de 16 vagas para quem estiver em outros campos de formação.

O estágio terá duração de no mínimo seis meses, podendo ser estendido até a colação de grau do estagiário. A jornada de trabalho será



de quatro horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira. A remuneração será de um salário mínimo, mais auxílio-transporte.

O processo seletivo acontecerá em três fases. Na primeira os concorrentes serão submetidos a uma prova objetiva; na segunda, realizarão prova de redação e formatação de texto; a terceira será de avaliação psicológica.

■ No âmbito do Programa Justiça Comunitária, nos dias 2 e 3 de abril foram abertos dois novos processos seletivos: um para contratação de 22 Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania, que atuarão nas cidades de Rio Branco, Capixaba e Epitaciolândia; e outro para contratação de 18 pessoas para os cargos de Coordenador Regional, Assistente

de Coordenação, Auxiliar Administrativo, Psicólogo, Assistente Social e Estagiários, que atuarão nos mesmos três municípios. Os interessados efetuaram suas inscrições no período de 6 a 8 de abril.

A seletiva para Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania consistirá em duas fases: na primeira acontecerá a análise dos currículos e na segunda a entrevista psicológica. O contrato de trabalho desses agentes será de 3 horas diárias, das 8h às 11h, totalizando 15 horas semanais, com bolsa-auxílio de R\$ 190,00.

Já o processo seletivo para contratação temporária de Coordenador Regional, Assistente de Coordenação, Auxiliar Administrativo, Psicólogo, Assistente Social e Estagiários consistirá em análise de currículo e exame psicotécnico.

O horário de trabalho varia entre 40 horas semanais para os coordenadores regionais; 30 horas para os assistentes de coordenação, auxiliar administrativo, psicólogo, assistente social; e 20 horas para os estagiários. Os salários foram estabelecidos em R\$ 2.100 para coordenador; R\$ 1.200 para assistentes; R\$ 750 para auxiliar administrativo; R\$ 1.500 para psicólogo e assistente social; e R\$ 600 para estagiário.



A Lei de Execuções Penais e o desafio da ressocialização

Adotada em 1984, a Lei de Execução Penal (LEP) é considerada uma moderna legislação, pois tem seu foco não na punição, mas na ressocialização das pessoas condenadas. Garante a elas o direito à assistência jurídica, médica, educacional, social, religiosa e material. Além da ênfase dada à humanização do sistema prisional, também incentiva a opção pelo

uso de penas alternativas.

No entanto, diante da realidade do sistema prisional no Brasil, constata-se grande disparidade entre o que é previsto em lei e o que efetivamente se tem na prática. Assim, a LEP acaba sendo cumprida apenas na medida do possível e, por vários episódios ocorridos ao longo dos anos, é possível verificar que a prisão não reeduca,

é apenas punitiva e muitas vezes funciona como agravante.

Sobre o tema, o Judiciário em Foco ouviu o ponto de vista de várias instituições envolvidas no tratamento da questão. A seguir, a análise da Vara de Execuções Penais, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil sobre o contexto atual do Estado do Acre e o desafio da ressocialização.



**Maha Kouzi
Manasfi e Manasfi**
*Juíza de Direito titular da Vara de
Execuções Penais da Comarca de
Rio Branco*

■ A Lei de Execuções Penais é uma lei excelente que se apresenta como uma ferramenta perfeita no que diz respeito à execução das penas impostas aos reeducandos. Ocorre que no Acre, a exemplo do Brasil inteiro, o problema da superlotação dificulta a aplicação da referida lei. Ademais, no Acre enfrentamos outra dificuldade, qual seja a falta de estabelecimentos prisionais adequados para cada regime de cumprimento de pena, bem como a ausência de casa de custódia para os que cumprem medida de segurança.

Os principais desafios para se garantir a ressocialização são em primeiro lugar conseguir um trabalho, tendo “uma ficha criminal suja”. O preconceito é grande e a sociedade não consegue perdoar nem mesmo quem cumpriu a pena, ou seja, mesmo sendo banida a pena perpétua, mas os efeitos da prisão estão bem longe deste ideal. O segundo maior desafio é a reinserção do reeducando no seio da família, uma vez que em muitos casos acontece o desligamento e o abandono da própria família.

No Estado do Acre, o maior problema a ser enfrentando no sistema prisional, na tentativa de reduzir a superlotação, é encarar o problema dos presos provisórios. Neste contexto a Vara de Execuções Penais, com apoio da Corregedoria Geral de Justiça e o IAPEN, está procedendo a um levantamento destes presos provisórios para que a Corregedoria possa traçar metas voltadas à solução do problema. Uma coisa é certa: será necessário o engajamento de todos os juizes para que se possa mudar o quadro. Atualmente o Sistema Prisional com-

porta 1.336 de presos provisórios (dados do INFOPEN de fevereiro de 2009). Acrescente-se que na Vara de Execuções Penais e CEPAL está sendo feito um mutirão ex officio para adequar as penas à nova Lei de Tóxicos, excluindo o art.18, incisos I e III, 1ª parte para posterior atualização dos cálculos de pena.

A nossa experiência atual à frente da Vara de Execuções Penais (VEP) e Central de Penas Alternativas (CEPAL) da Comarca de Rio Branco vem ressaltando o caráter pedagógico da pena, além da fiscalização mais eficiente das condições impostas aos reeducandos. A Vara vem desenvolvendo um trabalho de fiscalização, em parceria com a Polícia Militar, a Secretaria Segurança, a Delegacia Geral de Polícia, e o IAPEN. Os resultados vêm demonstrando uma redução nos índices das faltas aos pernites e cumprimento de horário de recolhimento noturno. Já no tocante ao caráter ressocializador, uma parceria com o IAPEN, a Secretaria de Educação, DETRAN, as Instituições responsáveis pelo tratamento de dependentes químicos, entre outros, vem alcançando resultados significativos quanto à instrução pedagógica e cursos profissionalizantes. Exemplo disso é a Escola José Rodrigues Leite, que comporta hoje 65 reeducandos, e o Instituto Dom Moacir, que garantirá 80 vagas para reeducandos em vários cursos profissionalizantes, como de eletricitista, garçom, atendente de vendas, pedreiro, informática etc.

Em relação ao tema das penas alternativas e das prestações de serviços à comunidade, a CEPAL hoje tende a direcionar cada prestador de serviço para uma atividade correlacionada com o delito cometido, para garantir o cunho pedagógico da pena. Neste sentido, o DETRAN atualmente recebe 45 prestadores de serviços, todos por conta de delitos de trânsito. Também foi iniciado o trabalho com 45 reeducandos cujos delitos foram cometidos em decorrência de dependência química.

O próximo passo será a formação de Grupo de Agressores e Vítimas da Violência Doméstica, bem como a promoção de campanha junto ao setor privado para garantir trabalho para reeducandos e egressos, uma vez que esta é a única maneira de prevenir a reincidência.



Vinícius Menandro Evangelista de Souza
Promotor de Justiça com atuação na Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco

■ Decerto, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) revela traços garantistas ao estatuir a observância dos direitos fundamentais das pessoas reclusas e a progressividade no cumprimento da reprimenda, conformando-se absolutamente aos preceitos insculpidos na Constituição Federal de 1988.

Todavia, entre o campo do dever ser e o ser, ou seja, entre a normatização e a realidade, interpõe-se um fosso abissal, desmoronando os fins visados pelo sistema execucional da pena, centrado não somente no caráter retributivo, mas, sobretudo, na ressocialização do apenado.

A ser assim, depreende-se que a superlotação das unidades prisionais, as condições insalubres de diversos estabelecimentos penais, os maus-tratos impingidos aos presos, a falta de disponibilização de ferramentas de efetiva recuperação, entre outros aspectos, colocam definitivamente em xeque a técnica de gradativa reinserção social.

No Estado do Acre, apesar dos avanços sensíveis implementados pela atual gestão governamental no âmbito da administração penitenciária, não restam dúvidas que muito resta a fazer em vista do legado histórico de inexecução das políticas públicas desenhadas na lei de regência.

Nesse contexto, o Ministério Público Estadual, no exercício do seu papel constitucional de promoção dos direitos fundamentais dos reeducandos e de fiscalização da aplicação dos ditames legais, intervém em todos os processos execucionais, zelando, em síntese maior, pelo correto cumprimento da pena, além de participar diretamente em todas as investigações de práticas de torturas eventualmente realizadas no ambiente prisional, sem olvidar outras ações institucionais conjuntas destinadas a potencializar a dignidade da pessoa humana segregada do convívio social.



Florindo Silvestre Poersch
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Acre

■ Como advogado militante, preocupado com a questão do sistema carcerário, ainda não observo avanços em relação à ressocialização de detentos no Estado. Por isso, o Governo e a sociedade civil organizada devem discutir o problema e concentrar esforços para sua solução.

As empresas locais, por exemplo, não estão conscientes do seu papel fundamental, que é dar a oportunidade de emprego a ex-detentos ou a detentos em regime de progressão. A Associação Comercial (Acisa) e a Federação das Indústrias (Fieac) do Estado devem realizar um trabalho de conscientização do setor e rever esta situação. Ao Judiciário sugiro levar juízes para estudar processos dentro das penitenciárias e garantir

justiça aos casos, muitos deles de pessoas detidas desnecessariamente.

Hoje a realidade do sistema carcerário no Acre é de 45% de presos provisórios, sendo que parte deles poderia responder a seus processos em liberdade. São mais de 3 mil detentos no nosso sistema, pessoas que não são tratadas para a voltar à sociedade.

Toda a sociedade precisa refletir sobre isso, pois todos estamos de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, envolvidos na questão. A OAB tem mantido contato com diversas instituições como Tribunal de Justiça, Associação dos Magistrados do Acre, Secretaria de Segurança Pública, entre outras, para sensibilizar e alinhar parcerias visando a adoção de medidas capazes de minimizar os problemas dos presídios no Estado.

Mas é preciso ser prudente no trato dessa questão, pois quando eu faço a defesa dos direitos dos detentos e chamo atenção para o excessivo número de presos provisórios, faço isso em nome daquele cidadão que foi para a penitenciária porque ameaçou a mulher, porque tentou um homicídio ou praticou um crime famélico. Não estou falando do traficante ou daquele que praticou crime hediondo. Acredito, pois, que o envio indiscriminado de seres humanos para a cadeia é uma questão cultural, que precisa urgentemente ser desconstruída.

Boas experiências de ressocialização

A chance de ser reintegrado à sociedade depois da privação de liberdade aplicada pela Justiça ainda depende muito mais do esforço do próprio reeducando de que da ajuda do Governo ou da iniciativa privada. A crítica vem da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre, através de seu presidente, Florindo Poersch, e é confirmada pela pouca movimentação de pessoas nessa situação sendo absolvidas pelo mercado de trabalho. Em Rio Branco, as empresas particulares não deram o primeiro passo ainda, segundo o próprio Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen). Apenas alguns poucos órgãos estatais, como o Departamento Estadual de Trânsito do Acre (Detran-AC), a Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semeia) mantêm programas nesse sentido, mesmo assim limitados.

Os reeducandos encontrados atualmente em repartições públicas são aqueles punidos por infrações de pequena monta, que cumprem pena alternativa. A Central de Execução de Penas Alternativas do Poder Judiciário (Cepal) os envia para esses órgãos, por ordem do Juiz, onde cumprem expedientes semanais de até 7 horas. A maioria é composta por infratores do trânsito.

Casos de egressos do sistema penitenciário que conseguiram uma oportunidade de trabalho são poucos. A história de Ailson França Ferreira é quase uma exceção. Ele passou três anos na unidade prisional Francisco D'Oliveira Conde, obteve o benefício da progressão, sua mão-de-obra foi absorvida e acabou sendo contratado por uma prestadora de serviços que cuida do Horto Florestal, em Rio Branco. "Estou muito satisfeito pela chance que estou tendo, mas também gostaria que a sociedade ajudasse mais pessoas", disse.

No Detran há reeducando com boa qualificação

O Detran-AC absorve atualmente o maior número de reeducandos. São 37 ao todo, réus de penas alternativas, enviados ao órgão pelo Judiciário. A maioria figura em processos resultantes de ocorrência de trânsito.

A direção do Detran aproveitou a demanda de reeducandos, criou um programa informal para reeducá-los da melhor maneira possível e acabou lucrando com isso. Pelo menos é o que garante o Diretor do órgão, advogado Renato Silva: "Temos gente muito qualificada trabalhando com a gente. Essas pessoas têm nos ajudado - e muito".

A média de cumprimento dessas penas alternativas é de dois anos e meio. Alguns cumprem tarefas em lugares complexos como o setor de vistoria de veículos do Instituto de Criminalística. Outros fazem serviços externos, como panfletagem nas vias públicas e pintura de calçadas.

Um dos exemplos de reeducação dentro do Detran é o do técnico Francisco Fernandes Maciel. Ele saía do Parque de Exposições Marechal Castelo Branco, na Expoacre de 2007, quando bateu seu carro numa moto. Prestou socorro, custeou parte das despesas da vítima, mas acabou flagrado no bafômetro. Condenado, prestará dois anos e sete meses de serviço no Detran, dos quais quatro ele já cumpriu. "É uma verdadeira lição", declarou.



PROGRAMA DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS

■ Iniciativa do Judiciário acreano busca conscientizar a sociedade de sua responsabilidade

O Programa de Prevenção às Drogas, lançado no dia 13 de março em Rio Branco, é uma iniciativa inovadora do Tribunal de Justiça e da Vara de Delitos de Tóxicos e Acidentes de Trânsito de Rio Branco, visando a conscientização de crianças e adolescentes para evitar o envolvimento com drogas.

O lançamento aconteceu no auditório da Escola Armando Nogueira e contou com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Mendes, que veio pela segunda vez a Rio Branco especialmente para o evento.

Conscientização e prevenção

Na solenidade de lançamento, ao comentar a criação de um programa específico para discutir a prevenção ao uso de entorpecentes, o Juiz Elcio Sabo disse que as pesquisas feitas pela Vara de Delitos de Tóxicos, da qual é titular, têm demonstrado o envolvimento cada vez mais freqüente de crianças e adolescentes com o uso indiscriminado de drogas.

Diante disso, segundo ele, a Vara não poderia apenas tratar a judicialização da questão, mas também desenvolver trabalhos voltados para a prevenção às drogas e acompanhamento de dependentes químicos.

“O objetivo do nosso Programa é prevenir o uso de drogas a partir da conscientização dos jovens de que cada um é livre para fazer suas escolhas e as drogas não são o melhor caminho a seguir”, explicou Elcio Sabo, referindo-se ao slogan do Programa: “Drogas – liberdade de escolha, faça a sua!”.

O Programa conta com a parceria da Superintendência da Polícia Federal no Acre, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social, Escola Superior da Magistratura e Associação dos Magistrados do Acre.

Em sua primeira etapa, o Programa prevê a realização de palestras educativas em diversas instituições de ensino de Rio Branco, buscando estimular o debate entre os jovens e constituir agentes multiplicadores de prevenção.

“As palestras são o primeiro passo para a conscientização de crianças e adolescentes, e são mecanismos eficazes. Tomamos essa iniciativa após observarmos os resultados práticos de sua aplicação”, frisou Elcio Sabo.

O Juiz agradeceu a presença do Ministro Gilmar Mendes e reconheceu que a participação dele no lançamento de um programa contra drogas deixa clara a preocupação que dispensa às crianças e adolescentes.



Na Escola Armando Nogueira, o Ministro falou da necessidade de engajamento de toda a sociedade no combate às drogas



Drogas não são uma boa escolha

O Ministro Gilmar Mendes reconheceu a importância da iniciativa do Tribunal de Justiça e da Vara de Tóxicos, conclamando o engajamento do Judiciário em ações e projetos sociais: “Os jovens podem ser as vítimas mais suscetíveis desta maldição que ataca a sociedade moderna. Há muitas propostas e iniciativas, inclusive da legislação, mas o que é fundamental é conscientizar a sociedade de sua responsabilidade. Esse é o grande mérito do programa apresentado pelo Tribunal de Justiça do Acre. O Judiciário tem um papel destacado neste processo, que deve ser cumprido”, disse.

Diante da platéia formada principalmente por alunos do Ensino Médio, o Ministro destacou que “todos nós somos livres para fazermos nossas escolhas e nos tornamos frutos do que escolhemos. É preciso então que levemos conosco esta mensagem: a escolha do caminho das drogas não é uma boa, ao escolhê-lo, podemos estar abandonando o caminho da construção de uma vida melhor”.

Depois do lançamento do Programa, o Ministro Gilmar Mendes e sua comitiva seguiram para uma visita ao Centro de Atendimento a Crianças e Adolescentes de Rio Branco, coordenado pelo Governo do Estado, através do Instituto Socioeducativo do Acre.

Posteriormente, o Ministro participou de uma reunião de trabalho no Palácio da Justiça, com a presença de desembargadores e juizes do Estado. Na oportunidade, foram debatidos diversos temas relacionados à gestão processual e administrativa da Justiça.

Ao final da reunião, o grupo participou de um almoço de confraternização oferecido pelo Governo do Estado no Palácio Rio Branco.



No Palácio da Justiça, Gilmar Mendes reuniu-se com a magistratura acreana para discussão de temas relacionados à gestão do Judiciário





Governo do Estado retoma construção da nova sede do TJAC

Em sua primeira visita à nova Direção do Tribunal de Justiça, realizada no dia 31 de março, o Governador Arnóbio Marques foi recebido pelos desembargadores Pedro Ranzi, Presidente, Adair Longuini, Vice-Presidente, Samoel Evangelista, Corregedor Geral da Justiça, e Eva Evangelista, Diretora da Escola Superior da Magistratura.

Além do caráter cortês, a visita teve outros objetivos, entre os quais os de firmar algumas parcerias e, principalmente, discutir a retomada da obra da nova sede do TJAC. O Governador estava acompanhado dos secretários Mâncio Lima Cordeiro, da Fazenda, Edson Machini, do Gabinete Civil, Laura Okamura, de Desenvolvimento para Segurança Social, e Márcia Regina Pereira, da Segurança Pública.

Após um breve encontro no Palácio da Justiça, em comitiva, a Direção do TJAC, o Governador e seus secretários foram verificar *in loco* a estrutura erguida na primeira fase de construção da nova sede, cuja pedra fundamental lançada em junho de 2006, e conta com financiamento integral do Governo do Estado.

No entanto, até hoje a construção teve apenas a base erguida, segundo explicou o arquiteto Eduardo Vieira, Secretário de Obras do Governo do Estado. Ao final da visita, Arnóbio Marques firmou o compromisso de entregar a obra à comunidade até dezembro de 2010.

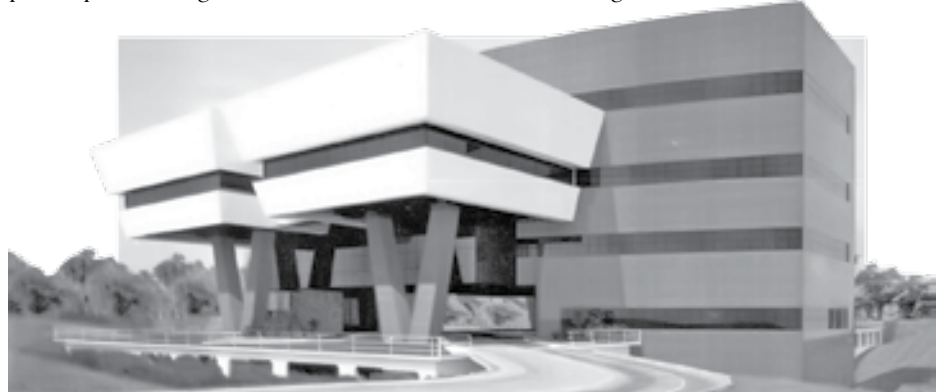
A futura sede do Tribunal de Justiça terá uma estrutura moderna. Em terreno de 19.210 m², a área a ser construída é de 9.265 m². O prédio terá um subsolo com vaga para mais de 100 veículos, um térreo onde funcionará a área administrativa e os jardins do setor de atendimento ao público. No primeiro pavimento funcionarão os gabinetes dos desembargadores e da administração do Tribunal, além das Câmaras Cível e Criminal e da Diretoria Judiciária. No segundo pavimento funcionará o

Pleno do Tribunal, com capacidade estimada para 80 pessoas. O projeto arquitetônico da unidade também leva em conta a geografia do terreno, visando garantir a climatização natural das salas.

Atualmente a estrutura do Tribunal de Justiça do Acre está distribuída em diversos prédios da cidade de Rio Branco, o que gera inúmeras dificuldades do ponto de vista logístico e financeiro. A construção de uma sede própria, capaz de integrar os mais diversos se-

tores, é uma antiga aspiração da administração do TJAC que tende a se concretizar durante a Presidência do Desembargador Pedro Ranzi.

A comitiva também visitou as obras do complexo onde serão abrigados os setores de Arquivo (Judicial e Administrativo), Almoxarifado e Patrimônio do Tribunal. Assim como a nova sede, o complexo está sendo erguido no novo Centro Administrativo de Rio Branco, localizado na BR-364, entre a Fundação Hospitalar e o Tribunal Regional Eleitoral do Acre.



Outras parcerias

A visita do governador Arnóbio Marques ao Tribunal de Justiça garantiu a definição de algumas parcerias consideradas importantes pela Direção do TJAC. Uma delas, a instituição da Vara Virtual de Execução Fiscal, a partir do trabalho conjunto do Tribunal, Secretaria da Fazenda e Procuradoria Geral do Estado.

Outra questão discutida foi a dinâmica de funcionamento da Vara de Violência Doméstica de Rio Branco, cuja estrutura virtual deverá ser compartilhada pelo Sistema de Segurança Pública. A Central de Execução de Penas Alternativas foi outro tema tratado durante o encontro, tendo em vista a necessidade de aproximação da Central ao trabalho da Secretaria de Desenvolvimento para Segurança Social.

Por fim, o Governador se comprometeu a apoiar o Judiciário na contratação de uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas, projeto que objetiva estudar a atual situação da Justiça acreana para desenvolver uma nova forma de gestão jurisdicional e administrativa.

Comunidade forense prestigia aula inaugural da **Escola Superior da Magistratura**

A Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da Escola Superior da Magistratura (ESMAC), abriu no dia 19 de março, no plenário do Palácio da Justiça, o calendário de atividades da ESMAC para o biênio 2009-2011.

A solenidade foi prestigiada por desembargadores, juízes, promotores, procuradores, advogados, estudantes de Direito e servidores do Judiciário.

Na oportunidade, a Diretora da ESMAC aproveitou para homenagear o Desembargador Samoel Evangelista, atual Corregedor Geral da Justiça, por seu apoio à realização do curso de MBA em Poder Judiciário, iniciado durante sua gestão como Presidente do TJAC (biênio 2005-2007).

Depois da abertura oficial, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Ranzi, proferiu palestra sobre o tema "Formação e aperfeiçoamento de magistrados, o novo perfil das escolas estaduais de magistratura".

De acordo com o Desembargador, "em toda área profissional, o que se busca é o profissional qualificado e atualizado. A formação e a renovação são necessárias, pois, assim como o mundo está em constante processo de mudança, a magistratura precisa se adaptar a esta realidade".

Em sua palestra, ao comentar as recentes mudanças na organização e atuação das escolas da magistratura em todo o país, Pedro Ranzi ressaltou a importância delas no processo de preparação e formação continuada dos profissionais que compõem o Judiciário.



Desembargadora Eva Evangelista conduziu a abertura oficial da programação da ESMAC para o biênio 2009-2011

Liderança & Gestão

Já nos dias 20 e 21 de março, a ESMAC promoveu aos magistrados acreanos o curso "Formação de Lideranças". Credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e carga horária de 15 horas, o curso foi a primeira atividade do programa de capacitação da Escola para 2009.

Dentre outros temas, o curso discutiu a função gerencial no mundo contemporâneo, a ciência e a arte de ser dirigente e tomar decisões estratégicas, além da capacidade de motivar a equipe e definir objetivos comuns para o grupo.

A atividade foi ministrada pelo professor Paulo Roberto Motta, doutor e mestre em Administração pela Universidade da Carolina do Norte (EUA), com experiência, cursos e estágios em diversos centros europeus de formação empresarial.



78º Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça e 400 anos do TJBA

Aconteceu em Salvador (BA), no período de 4 a 6 de março, o 78º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A realização do evento integrou a programação do IV Centenário do Tribunal de Justiça da Bahia e reuniu 22 Presidentes de TJs, além do Presidente do Colégio, Desembargador Marcus Faver, e os sete Desembargadores que compõem a Comissão Executiva do Colégio. Representando o Estado do Acre, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Ranzi, também participou do evento. Ao final, as principais discussões e sugestões para o Poder Judiciário foram sintetizadas na edição da Carta de Salvador. No dia 7 de março, em sessão solene no Fórum Ruy Barbosa, no centro da capital baiana, juntamente com os demais Presidentes de TJs, o Desembargador Pedro Ranzi recebeu a Medalha do Mérito da Magistratura, comenda alusiva aos 400 anos do TJBA, a mais antiga Corte Judiciária brasileira. A Desembargadora Izaura Maia, Membro da Corte Acreana, também participou da solenidade como convidada especial do Tribunal baiano.



Pedro Ranzi recebe servidores

Foi realizada no dia 27 de março a primeira da série de audiências mensais com servidores que o Presidente Pedro Ranzi fará durante sua gestão. Desde que tomou posse, em fevereiro, Ranzi vem implantando no TJAC um modelo colegiado de gestão, baseado em reuniões freqüentes com todos os diretores e assessores do Tribunal para discussão dos mais variados assuntos relativos ao funcionamento da Casa. Uma vez por mês, é a vez de ouvir e trocar idéias com os servidores. Na primeira audiência, o Presidente ouviu 60 servidores. Os assuntos tratados foram os mais diversos, desde sugestões para melhoria de rotinas de trabalho até pendências em processos administrativos. Os interessados em agendar uma audiência devem procurar o Gabinete da Presidência, que organiza e coordena os encontros. O telefone para contato é (68) 3211-5309.



Doação de computadores

No dia 30 de março o Desembargador Pedro Ranzi assinou Termo de Doação de 35 computadores para três instituições da cidade de Rio Branco: 15 para a Paróquia Divino Espírito Santo, 10 para a Igreja Batista do Bairro Seis de Agosto, e 10 para o Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen-AC). Diante dos representantes das instituições beneficiadas, o Desembargador disse ser uma honra para o Tribunal de Justiça poder contribuir para os projetos sociais e educacionais desenvolvidos por cada uma delas, especialmente os de inclusão digital, que envolvem boa parte da comunidade. As máquinas doadas estão em bom estado de conservação e possuem configuração ideal para o uso de iniciantes (HD 80, 512 MB, Windows XP 2000 original, monitores de 15"). Elas foram doadas porque, em vista da constante renovação do parque tecnológico do Tribunal, não atendem mais ao funcionamento específico dos sistemas atualmente utilizados pelo Judiciário.



O TJAC comemorou no dia 6 de março a passagem do Dia Internacional da Mulher



CALENDÁRIO

Calendário de feriados e pontos facultativos do Judiciário em 2009

Em março deste ano foi instituído o novo calendário de feriados e pontos facultativos do Poder Judiciário. O calendário se refere ao período compreendido entre 2 de março e 31 de dezembro de 2009, sem prejuízo dos plantões judiciários. O objetivo é que ele sirva de referência na programação da agenda do Judiciário e informe a população sobre os feriados e pontos facultativos no âmbito do Poder. Aos interessados em consultar o calendário 2009, ele está disponível para consulta no site do TJAC - www.tjac.jus.br - a partir do ícone "calendário".